

XXVII - Os investimentos do Capital de Risco nas TI's

Na Europa podemos distinguir dois grupos de países relativamente ao capital de risco investido em sectores tecnológicos: o primeiro grupo é composto pelo Reino Unido, Alemanha, Suécia, Finlândia, Holanda, França e Bélgica. Neste grupo não só o capital de risco está mais desenvolvido, mas também os sectores tecnológicos, e os mercados de capitais (à excepção da Finlândia, onde a Nokia domina). Apesar de relativamente a este grupo ser normal estarmos atrás, tendo em linha de conta a História recente, já quando se fala nos outros países, temos razão para estarmos descontentes., uma vez que pensamos poder afirmar que não lhes somos inferiores em termos de desenvolvimento tecnológico.

Quais as razões

Face a estes elementos importa reflectir sobre as eventuais causas que se encontram por trás desses resultados. Assim começamos por constatar que nos últimos quinze anos a economia portuguesa tem acumulado as transformações mais importantes da sua história moderna uma vez que teve não só que afrontar o desafio da sua incorporação na ex-CEE, em 1986, como assimilar todas profundas mudanças no seio da União Europeia e do processo de globalização internacional de que se destacam os seguintes efeitos:

- Desaparecimento das barreiras alfandegárias
- Reconversão Industrial
- Liberalização do sistema financeiro
- Integração na disciplina do SME
- Adesão ao Acto (livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas)
- Preparação (convergência nominal) e integração na moeda única

e de alguma forma se poder afirmar que o Balanço é positivo, tendo em linha de conta os temores e cepticismo iniciais, uma vez que foram atingidos marcos bastante interessantes como sejam o controlo da inflação, taxas de juro mais baixas, forte redução da taxa de desemprego, que permitem afirmar que Portugal é hoje uma economia aberta e bem aceite na comunidade internacional.

No entanto, apesar destas performances macro-económicas, constatou-se igualmente neste período que a reforma das instituições (Estado, Justiça e competitividade das empresas) não foi ainda efectuada, assim como nunca existiu vontade de dinamizar um conjunto de iniciativas que permitissem acelerar o processo de investigação científica e do desenvolvimento tecnológico (I&D), de forma pragmática, por parte dos poderes públicos e das forças económicas e sociais conforme se pode constatar com os seguintes factos:

- Se retirarmos da "fileira I&D" os laboratórios do Estado e os centros tecnológicos cujos sócios principais são instituições do Estado pouco ou nada sobra dessa fileira com relevância em termos económicos e sociais. Desta forma e como bem nos ensina o Professor José Manuel Tribolet(1) em Portugal não há quase nenhuma instituições de I&D. Há é muitas "Repartições Públicas" com funcionários do Estado, que se dedicam ao I&D. Muitas, muitas instituições sem visão, missão, enquadramento estratégico, pertença, gestão, avaliação e que custam milhões, em salários dos funcionários públicos ao Orçamento do Estado.
- O Estado pouco ou nada reagiu às mutações induzidas pela globalização, afastando-se ainda mais do sector empresarial o qual tem vindo a realizar uma profunda reestruturação.
- A dinâmica de desenvolvimento na área das TIC carece de requisitos fundamentais, a saber: facilidade de utilização, fiabilidade, interoperabilidade e acima de tudo, a acessibilidade de preços e condições para que as boas ideias possam vingar e ser implementadas com sucesso. Ora isto são tudo requisitos que têm estado ausentes do "sistema nervoso" da economia digital portuguesa.
- A participação da investigação universitária nos orçamentos gerais de investigação tem sido insuficiente existindo, por isso, uma forte tendência dos investigadores mais

- prestigiados e qualificados em abandonar os departamentos para irem trabalhar para o estrangeiro.
- As universidades geram escasso capital “intangível” que seria o somatório do capital humano, o capital estrutural e organização e o capital tecnológico de natureza intangível, ou seja, a visão tecnológica a gestão da I&D e o know-how. Por isso não tem conseguido produzir e vender serviços de diversa natureza: formação contínua, inovação, criação de empresas de base tecnológica e apoio a empresas em matéria de investigação básica.
 - Inexistência de conectividade entre a Investigação Pública e o seu meio ambiente, limitando muito o impacto da ciência portuguesa na competitividade da nossa economia.
 - O enquadramento fiscal das Sociedades de Capital de Risco portuguesas apresenta uma total ausência de competitividade quer a nível interno – as SGPS mesmo com a nova reforma fiscal têm uma carga fiscal muito mais favorável – quer a nível externo – em Espanha as SCR encontram-se sujeitas ao pagamento de apenas 1% nas mais valias obtidas com a alienação das suas participações contra os 35,2% das SCR portuguesas em igualdade de circunstâncias – abraçando um regime fiscal completamente desfasado das exigências requeridas para tornar aliciante a entrada das SCR internacionais em Portugal.
 - As SCR internacionais não têm qualquer filial em Portugal, ao contrário do que acontece em Espanha, onde cerca de 45% do total dos montantes envolvidos na Indústria do Capital de Risco tem proveniência estrangeira. Ainda este mês de Fevereiro a sociedade europeia de Capital de Risco ETF, que conta com uma capacidade de investimento anual de 300 milhões de dólares, se instalou em Espanha, contribuindo para adicionar aos projectos espanhóis não só o capital “dinheiro” mas fundamentalmente o capital “conhecimento” – resultante do «saber fazer» das redes de contactos nacionais e internacionais e principalmente da credibilidade que proporciona às “ideias”.
 - Ausência de um quadro fiscal incentivador aos pequenos aforradores a investir em empresas não cotadas, ao contrário do que acontece em França onde se verifica um forte incentivo ao aparecimento de investidores informais habitualmente designados por Business Angels.
 - Os Governos não têm percebido que, para dinamizar um “ecossistema” favorável à criação de uma cultura empreendedora não basta apenas disponibilizar milhões de contos – o 2º Quadro Comunitário de Apoio tinha um programa de apoio ao desenvolvimento do capital de risco que dispunha de 40 milhões de contos e apenas foi utilizado em cerca de metade o que diz bem que o problema não está no dinheiro – quer através dos POEs quer através das SCR públicas, mas fundamentalmente estimular os empresários natos, através da sponsorização dos já citados concursos, de fóruns especializados, da dinamização regional de clubes de Business Angels e na formação de autênticas comunidades de interesses entre empreendedores e investidores, de forma a criar um ambiente promotor de excelência que alimente toda uma cadeia de micro-inovações ao longo de cada processo de negócio e de uma forma integrada.
 - Existência de uma “fileira I&D” portuguesa “virtual” que tal como diz o Professor José Tribolet, “é realmente relevante para a exibição política do Poder e para o show-off de alguns dos seus protagonistas e para acalmar as consciências e calar as vozes de certas elites, como infelizmente continua a ser maioritariamente o caso em Portugal”.

Em resumo, sou da opinião que em Portugal se torna necessário, para além dos milhões de contos existentes (ainda recentemente o Senhor Ministro das Finanças em entrevista ao DN afirmou que o Estado tem 168 milhões de contos sob a sua tutela na área do capital de risco!!!), começar a partir de uma base pequena, ou seja, por criar um ecossistema assente numa complexa rede de relações, ideias, empreendedores e energia (capital) proporcionado por uma vigorosa indústria de capital de risco (formal e informal) que incluisse os operadores internacionais, especializada no financiamento de novos empreendimentos, nomeadamente os que se destinam à plataforma de comunicação INTERNET.

(1) “Forças e Fraquezas da fileira da I&D na Europa, face aos EUA e ao Japão”